

A. I. N° - 022198.0102/04-4
AUTUADO - L E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.
AUTUANTES - LUIZ GONZAGA SOUZA VAZ e JOSÉ CÍCERO DE FARIAS BRAGA
ORIGEM - IFMT – DAT/SUL
INTERNET - 08.07.04

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF N° 0239-02/04

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. MERCADORIAS DESTINADAS A CONTRIBUINTE COM INSCRIÇÃO CANCELADA. EXIGÊNCIA DE IMPOSTO. Nas aquisições interestaduais de mercadorias tributadas, destinadas a contribuinte não inscrito ou sem destinatário certo, é devido o imposto por antecipação na entrada no território deste Estado. Comprovada a infração. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 12/01/04, exige a antecipação do ICMS no valor de R\$1.072,00, acrescido da multa de 60%, em razão da aquisição interestadual de mercadorias (1.000 caixas de luvas látex), constantes da nota fiscal de n.º 08885, por estabelecimento de contribuinte com inscrição estadual cancelada, conforme Termo de Apreensão e documentos às fls. 5 a 8 dos autos. Foram dados como infringidos os artigos 149; 150; 191, c/c os artigos 911 e 913, todos do RICMS, aprovado pelo Decreto n. 6.284/97, sendo a multa aplicada conforme art. 42, II, “d”, da Lei n.º 7.014/96.

O autuado, em sua impugnação, à fl. 24 do PAF, aduz que o Auto de Infração foi lavrado contra o estabelecimento inerente a inscrição estadual de n.º 38.351.749 ora baixada e a nota fiscal da referida mercadoria foi emitida para o estabelecimento com a inscrição estadual de n.º 52.525.623, a qual se encontra ativa. Assim, entende que é improcedente a exigência fiscal.

Na informação fiscal, às fls. 33 e 34, preposto fiscal entende que não assiste razão ao autuado, pois a nota fiscal de n.º 08885, emitida em 06/01/2004, comprova a aquisição de mercadorias para comercialização, por contribuinte com inscrição cancelada no período de 29/12/2003 a 19/01/2004, pelo motivo descrito no artigo 171, inciso IX do RICMS/BA, aprovado pelo Decreto n.º 6.284/97, conforme documento à folha 7 dos autos. Assim, aduz que ficou comprovado que o contribuinte estava em situação cadastral irregular na data da emissão do documento fiscal, da apreensão das mercadorias e da autuação. Ressalta que na lavratura do Termo de Apreensão e do Auto de Infração, por equívoco, constou a inscrição anterior do contribuinte, ora baixada, porém, ressalva que o C.G.C. de n.º 96.824.073/0001-77 é o mesmo para as duas inscrições, indicando que o sujeito passivo pediu baixa da inscrição n.º 38.351.749 por mudança de regime, do que defende que a defesa apresentada é meramente protelatória do feito. Por fim, conclui que tendo o contribuinte sido flagrado comercializando em situação cadastral irregular, obriga-se a recolher de imediato o ICMS correspondente à operação, acrescido da multa prevista no artigo 42, inciso IV, alínea “j”, da Lei n.º 7.014/96.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir o imposto, por antecipação, em razão da constatação da destinação de mercadorias a contribuinte com inscrição estadual cancelada.

Da análise das peças processuais, às fls. 7 e 8 dos autos, constato que o autuado teve sua inscrição estadual de n.º 52.525.623 cancelada por iniciativa da repartição fazendária, desde 29/12/2003, em razão do contribuinte ter deixado de atender a intimações referentes a programações fiscais específicas, eventualmente programadas e autorizadas, conforme previsto no artigo 171, inciso IX, do RICMS, aprovado pelo Decreto n.º 6.284/97.

Deve-se ressaltar que o fato do Auto de Infração consignar a inscrição Estadual nº 38.351.749 (anterior à inscrição cancelada) não acarretou qualquer prejuízo ao sujeito passivo, uma vez que os demais dados cadastrais estão corretos.

Assim, consoante determina o §1º do citado artigo 171 do RICMS, o procedimento de cancelamento da inscrição estadual foi precedido do Edital de Intimação para Cancelamento de n.º 35/2003, publicado no Diário Oficial do Estado, no qual foi fixado o prazo de 20 dias para a regularização, o que não ocorreu por parte do interessado, acarretando no Edital de Cancelamento de n.º 27/2003.

Portanto, ficou caracterizada a aquisição das mercadorias pelo autuado, o qual se encontrava, à época da ação fiscal, com sua situação cadastral irregular. Nesta condição é devido o recolhimento do imposto por antecipação na entrada no território do Estado da Bahia, por destinar-se a contribuinte não inscrito ou sem destinatário certo, nos termos do art. 125, inciso II, “a”, do RICMS.

Do exposto, voto o Auto de Infração **PROCEDENTE**, cabendo-lhe a multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei n. 7.014/96, por não ficar constatada a ação ou a omissão fraudulenta prevista na alínea “j” do inciso IV do citado dispositivo legal, conforme pleiteado quando da informação fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração n.º **022198.0102/04-4**, lavrado contra **L E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$1.072,00**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei n. 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 06 de julho de 2004.

FERNANDO A. B. ARAÚJO - PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ CARLOS BACELAR – JULGADOR

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – JULGADOR